

Ponto Final

1 DAY AGO
PONTO FINAL

Medicina Tradicional Chinesa: Macau e Portugal assinam acordo de cooperação

Arrancou ontem o Fórum de Cooperação Internacional de Medicina Tradicional. Na cerimónia de abertura do evento, que juntou representantes de vários países, foi assinado um protocolo de cooperação no ensino e investigação para garantir a qualidade, eficácia e regulamentação dos produtos de medicina tradicional. O memorando foi assinado entre a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e o Parque de Medicina Tradicional Chinesa da Ilha de Hengqin.

Joana Figueira

A Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL) assinou esta quarta-feira um acordo de cooperação com o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação Guangdong-Macau. O memorando incide sobre os domínios da avaliação da qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos tradicionais. O protocolo surge na sequência de um convite endereçado pelas autoridades de Macau, que pretende ter pontos de acesso aos países de língua portuguesa. Já a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa consolida, deste modo, o trabalho de ensino e investigação que desenvolve há já duas décadas, especificamente com plantas utilizadas na medicina tradicional.

Ainda em fase de desenho, o acordo “vai materializar-se passo a passo”, explicou Matilde Fonseca e Castro, directora da FFUL, ao PONTO FINAL. Prevê-se que numa primeira fase seja dado destaque “às plantas mais utilizadas em patologias prevalentes, sobretudo de natureza crónica”. O objectivo, explica a responsável, passa por perceber o que é “necessário estudar em termos de qualidade, segurança e eficácia, e aspectos regulamentares que estão associados a estas temáticas”.

Por outro lado, Matilde Fonseca e Castro destaca que o projecto pode passar pela deslocação de investigadores do Parque de Medicina Tradicional Chinesa a Lisboa ou pela mobilização de estudantes, por exemplo de mestrado e doutoramento, que possam fazer uma parte da tese na FFUL e outra aplicada ao estudo das plantas medicinais, em Macau: “Eventualmente poderá haver aqui uma cooperação de um lado e do outro” e será uma relação “em que todos ganhos”, afirmou a responsável à margem da cerimónia de inauguração do Fórum de Cooperação Internacional de Medicina Tradicional 2017, que ontem decorreu no território: “Achámos que era extremamente importante [cooperar], uma vez que fomos contactados pela parte de Macau. É importante abriremos as nossas fronteiras aos produtos da medicina tradicional chinesa, até porque estes produtos estão a ser usados muitas vezes pela população, que os adiciona a uma medicina convencional e muitas vezes é necessário nós sabermos as interações ou os problemas que são acoplados a uma administração conjunta”, explicou Fonseca e Castro.

Os produtos que chegam a Portugal são utilizados como se de suplementos alimentares se tratassem, mas são efectivamente medicamentos à base de plantas. A cooperação com o Parque pode possibilitar melhorias naquilo que a académica denomina de “três chavões” - a qualidade, a eficácia e a segurança – e “a parte regulamentar para que estes produtos possam entrar como medicamentos na Europa e, daí, poderem migrar para outros países”.

A aposta torna-se também importante para elucidar e informar os profissionais de saúde, que muitas vezes são prescritores, bem como contribuir para a sua formação científica. Num aspecto mais lato, o protocolo pode “contribuir para a saúde pública dos cidadãos”, já que fora da República Popular da China estes medicamentos são pouco conhecidos.

Matilde Fonseca e Castro sublinhou, ainda assim, que apenas recentemente a Faculdade de Farmácia começou a dar maior atenção aos produtos da medicina tradicional chinesa: “O nosso foco era a medicina dos países africanos. Temos uma longa experiência na área da investigação com plantas provenientes desses países. (...) Para nós faz sentido [cooperar com o Parque] porque na realidade existe uma panóplia destes medicamentos disponíveis e à venda [em Portugal]”, sublinhou.

Quanto à regulamentação dos produtos na Europa, “é difícil mas tem de ser feita”. Uma vez que os fármacos precisam de ser autorizados por agências de medicamentos europeias e, no caso de Portugal, pelo Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa quer “dar um contributo para a [sua] entrada ou não entrada” no mercado europeu, indicou Fonseca e Castro.

□ **UNCATEGORIZED**